

INDIOS

Yanomami temem o extermínio da raça

O movimento Ação pela Cidadania denuncia que o governo Collor não coibiu a ação predatória dos garimpeiros nas reservas indígenas de Roraima, onde vivem os Yanomami

Através do último relatório produzido pelo movimento Ação Pela Cidadania, encabeçado pelo senador Severo Gomes, os índios Yanomami denunciam que as promessas governamentais de resolver o conflito da tribo com os garimpeiros invasores de seu território ainda não saíram do papel. Eles temem a extinção da raça pela ameaça constante — e cada vez mais avassaladora — do contato com o “civilizado”, que tem levado doenças como a malária para os povos indígenas e afastado a caça e a pesca da proximidade de suas reservas.

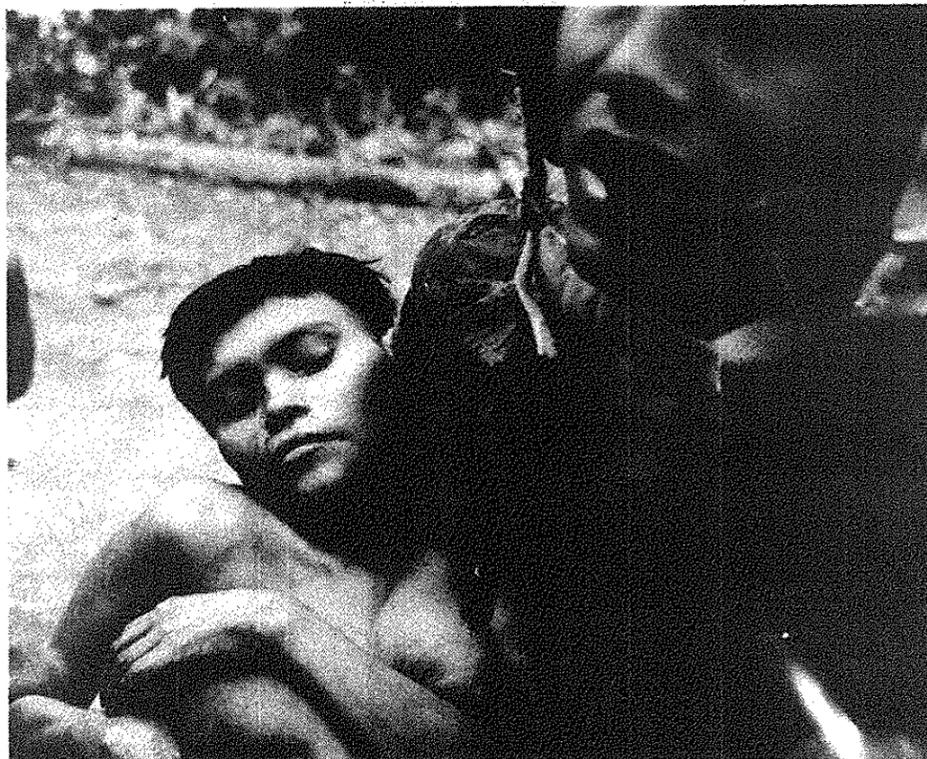
“Na maloca em que trabalhei durante o mês de maio, dos 26 índios que examinei, onze tinham malária, e 90% estão desnutridos”, adiantou a médica Maria Aparecida Silva, que participa de um debate público sobre a questão indígena, que será realizado a partir das 19 horas desta quinta-feira, 26, no Pavilhão da Criatividade, no Memorial da América Latina.

O debate reúne também o senador Severo Gomes, a coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, Cláudia Andujar, e o procurador da República, Eugênio José de Aragão. Segundo Cláudia, os Yanomami somam hoje cerca de 20 mil índios em territórios do Brasil e da Venezuela. Nove mil deles vivem em território brasileiro, onde, somente nos últimos dois anos, mil morreram de doenças como malária, diarreia, gripe associada à pneumonia e dermatites.

Em 1985, a Funai reconheceu — segundo Cláudia — que os Yanomami têm direito a um território com 9 milhões de hectares de áreas contínuas. Um decreto do governo Sarney, no entanto, fixou em dezenove áreas descontínuas as terras da etnia, num total de 2,4 milhões de hectares.

Documento

Nos últimos meses, o movimento Ação Pela Cidadania, com a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, elaborou um relatório — que será divulgado ao público durante o debate desta quinta-feira — historiando e denunciando o descaso governa-



Em janeiro deste ano, um piloto da FAB socorre uma índia yanomami — gripada — em Roraima



A pista e a área devastada pelo garimpo

fotos de Charles Vincent

mental em relação ao problema. A seguir, o principal trecho do documento, onde as entidades avaliam os primeiros meses do governo Collor diante da questão:

“O novo governo federal realizou uma reforma administrativa que extinguiu o Ministério do Interior e vinculou a Funai ao Ministério da Justiça. A Saden também foi extinta, surgindo em seu lugar a Secretaria de Assuntos Estratégicos. O sr. Rubens Villar, um político alagoano, foi nomeado governador de Roraima, mas não se designou, até o momento, um novo presidente para a Funai, dirigida interinamente pelo coronel Alcântara, ligado aos integrantes da antiga Saden.

“A superintendência da Funai em Boa Vista foi entregue ao sr. João Nicole, aliado político do ministro da Justiça e do deputado federal Ottomar Pinto, candidato ao governo de Roraima.

“O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal reafirmou a decisão liminar determinando a retirada dos garimpeiros e anulando os decre-

tos ilegais que instituíram ‘reservas de garimpagem’ na área Yanomami. O Tribunal Regional Federal derrubou liminares concedidas por juizes de Roraima em favor dos garimpeiros, respaldando as decisões da 7ª Vara da Justiça Federal.

“Nesse contexto, o Ministério Público Federal solicitou ao Ministério da Justiça a revogação

A Polícia Federal interrompeu a retirada dos garimpeiros determinada pela Justiça

dos decretos ilegais, estando essa solicitação nas mãos da Consultoria Geral da República, órgão de assessoramento direto do presidente da República. O Poder Judiciário continua tomando providências cabíveis junto ao novo governo que, até o momento, não se pronunciou a respeito.

“No dia 9 de abril, em audiência concedida pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, ao Ação Pela Cidadania, o senador

Severo Gomes entregou uma carta, acompanhada de documentos, na qual historia a situação dos Yanomami e solicita que o governo anule decretos e determine a retirada dos garimpeiros.

“A Polícia Federal interrompeu a operação de retirada dos garimpeiros, determinada pela Justiça Federal. Continua invadido o território indígena. Nele permanecem grandes contingentes de garimpeiros. Pelo menos 8 mil pessoas, deslocadas pelos empresários do garimpo e pela Polícia Federal para as chamadas ‘reservas de garimpagem’, criadas através de decretos ilegais no final do governo Sarney, reuniram-se aos que ali já se encontravam e que não haviam sido retirados.

“Outros contingentes menores, cerca de 3 mil, nem chegaram a sair das regiões do Paapiú e Surucucus, áreas atingidas pela operação de retirada. Outros mais retornaram àquelas regiões e estão se dedicando, agora, à extração de cassiterita, atividade favorecida pela queda dos preços do ouro no mercado. Houve, portanto,

reinvensões de partes do território indígena já evacuadas anteriormente.

“Logo após a sua posse, o presidente Fernando Collor esteve na região de Surucucus, acompanhado dos seus principais auxiliares. Determinou, então, que fossem dinamitadas as pistas de pouso clandestinas abertas pelos ga-

A malária se alastra e provoca mais mortes nas aldeias, criando situações alarmantes

rimpeiros no território Yanomami. A Polícia Federal elaborou um plano para realizar as explosões. Das cerca de 110 pistas existentes na área Yanomami, em Roraima, apenas onze são oficiais, isto é, homologadas pela Aeronáutica.

“Calcula-se em torno de cem as pistas clandestinas. O plano governamental apresenta uma lista de 73 pistas a serem destruídas e não esclarece o destino das demais. Não se sabe se as pistas ofi-

ciais serão permanentemente vigiadas e se o cronograma de explosões considera as ações emergenciais de saúde.

“A execução desse plano oficial prossegue lentamente, tendo sido destruídas, de 2 a 15 de maio, as primeiras treze pistas. A sua etapa inicial de execução foi encerrada em consequência do início das chuvas, sem que tivesse sido atingida a meta inicial de trinta explosões.

“Nesse tempo, os garimpeiros apressaram-se na abertura de novas pistas e de vias terrestres alternativas que lhes assegurem o acesso às jazidas localizadas em áreas já evacuadas, a partir das ‘reservas de garimpagem’ e de outras pistas não destruídas. Os líderes do garimpo, como o sr. Altino Machado, debocham publicamente do plano governamental através de declarações à imprensa de Boa Vista.

“A situação de saúde dos índios continua gravíssima. As operações emergenciais de socorro prosseguem em condições mais precárias do que no final do governo passado, faltando-lhes a infraestrutura mínima necessária, sobretudo o apoio aéreo.

“Tem sido freqüente a utilização das aeronaves dos garimpeiros, que levam médicos ou medicamentos, e trazem a cassiterita na volta. A epidemia de malária se alastra e provoca mais mortes nas aldeias indígenas, criando situações alarmantes, como na região da pista do Jeremias, onde há oitenta índios doentes.

“Há previsão técnica de que a epidemia se tornará avassaladora ao findar o período das chuvas, em consequência do empoçamento das áreas degradadas pelo garimpo.

“O ministro da Saúde, Aleni Guerra, tem reiterado a intenção de executar ações de saúde na área Yanomami, mas há indefinição no governo federal quanto ao órgão que deve promovê-las. A Secretaria Nacional do Meio Ambiente também não adotou providências em relação às áreas degradadas pelo garimpo, apesar da boa vontade manifestada pelo professor José Lutzemberger.”